

A lavra de Lindolfo Rocha

ROCHA, Lindolfo. *Maria Dusá*. 2.^a ed. Organizada por Afrânio Coutinho. Desenhos de Floriano Teixeira. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969. 303 p. (Cultura Brasileira: série Literatura, 1).

Desconhecido do leitor comum e de acesso via-de-regra difícil mesmo para o estudioso que tenha observado a discreta mas firme reavaliação de seu nome nos últimos 20 anos, Lindolfo Rocha (Grão Mogol, MG, 1862 — Salvador, BA, 1911) torna-se agora acessível com o aparecimento da fidedigna e informativa segunda edição do romance *Maria Dusá*, organizada pelo Prof. Afrânio Coutinho e publicada pelo Instituto Nacional do Livro.

Quando apareceu, em 1910, *Maria Dusá* revelava literariamente uma região cultural e uma temática regionalista — as Lavras Diamantinas e seu ciclo diamantífero —, recriadas e retomadas depois, com maior ou menor êxito, em romances de Afrânio Peixoto (*Bugrinha*, 1922), Herman Lima (*Garimpos*, 1932) e Herberto Sales (*Cascaço*, 1944). O romance permitia também que se viesse a dar atenção a um escritor de província, autor de um livro de poemas, outro sobre Direito e um romance com assunto indianista (*Iacina*, 1907). Com a história de Maria Dusá, transcorrida na segunda metade do século passado no sertão baiano, Lindolfo Rocha trazia, no

dizer de Lúcia Miguel-Pereira (a qual em 1950 ofereceu nova colocação à análise do romance), “uma aproximação do verdadeiro sentido de literatura regionalista: o estudo da natureza humana dentro de determinado quadro social e natural, que lhe condiciona as reações sem contudo modificar-lhe a essência, a identificação das criaturas com o seu meio que, longe de as absorver e nivelar uma às outras, como que lhes confere maior relevo”.

A morte prematura do romancista, um ano após a aparição do livro, e a (lendária?) destruição dos manuscritos de outros romances pelo segundo marido da mulher levaram a que Lindolfo Rocha fosse quase literalmente esquecido por várias décadas, até quando Lúcia Miguel-Pereira, Nilo Bruzzi, Aloysio de Carvalho Filho (que já em 1923 ressaltara-lhe os méritos e o vigor documental) e o próprio Afrânio Coutinho vieram a tornar seu nome e a ficção divulgados, na década de 50. Depois disso, *Maria Dusá* passou definitivamente a interessar ao estudo do regionalismo brasileiro. Isto fez com que a edição de 1969 se tornasse um acontecimento literário mais que oportuno, necessário.

Sem ser crítica, a edição organizada por Afrânio Coutinho demonstra não haver segredos para que efetivamente seja realizada uma edição criteriosa e — no sentido mais alto da palavra — didática. Há, isto sim, uma permanente exigência de méto-

do e de informação tôda vez que a finalidade seja colocar ao alcance do leitor uma obra esgotada, rara ou pouco conhecida. Para tanto, se não fôr crítica, a edição buscará o caminho sem mistérios que também foi seguido, responsabilmente, para essa segunda edição de *Maria Dusá*: primeiro, situando autor e obra nos aspectos biográfico, cultural e literário, vindo a seguir o estudo objetivo da obra e de sua significação, concluindo-se com a indicação dos critérios adotados para a fixação fidedigna do texto em questão; ademais, é claro, de uma selecionada ou básica bibliografia sobre o autor e obra. Dêsse modo, fêz-se concretamente uma *introdução*; nunca, o tradicional "prefácio" brilhante, pré-julgador e (quase sempre) impressionista.

Em resumo, Lindolfo Rocha e seu romance *Maria Dusá* ganharam agora a dimensão de obra literária acessível, possibilitando o seu conhecimento sem julgamento apriorístico dos valores e falhas que acaso contenham. A partir dêsse conhecimento, um e outro alcançarão a avaliação correspondente em termos de autoria, temática cultural e realização literária específicas.

David Salles

QUEM NÃO GOSTA DO BRASIL

SENNA, Homero. *Gilberto Amado e o Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1968. 183 p. (Documentos Brasileiros, 134).

Homero Senna consegue realizar uma das mais difíceis proezas a que pode se propor um escritor brasileiro: ser "especialista em Gilberto Amado". E êste

livro é o resultado de uma relativamente antiga intimidade com o tema, e uma longa e paciente investigação que começa, já faz alguns anos, com entrevistas com Gilberto Amado, publicadas em suplementos literários, seguidas de um acompanhar constante da vida fascinante dessa espécie de figura-síntese de uma época — de uma ou de muitas? — da vida brasileira.

No belo prefácio, Odylo Costa Filho nos conta como nasceu a idéia de um concurso para o melhor livro sobre Gilberto Amado e o Brasil, e como Homero Senna de possível julgador, pela autoridade de conhecedor do assunto, vem de aparecer como concorrente. E se o acaso não levou Homero Senna à comissão julgadora, a autoria da obra êle não denunciou a ninguém, arrebatando em seguida, com tôda justiça, certamente, o prêmio pela façanha deliciosa de cristalizar num trabalho, sem dúvida antológico, a meditação daquele extraordinário brasileiro, autor de tantas obras e de uma frase que Homero Senna coloca, com muita procedência, como epígrafe do livro: "Quem não gosta do Brasil não me interessa".

E essa façanha cresce muito quando a gente atentamente observa os dois temas: *Gilberto Amado* e o *Brasil*.

Usando uma técnica de análise sutil e inteligente, Homero Senna leva a biografia a caminhar dentro da temática proposta, segurando-a, por assim dizer, dentro de uma maestria e um equilíbrio raros nesse tipo de investigação.

Através o que pôde tomar das entrevistas, das conferências, e com principal apolo na obra vária de Gilberto Amado, Homero Senna começa situando seu biografado nas suas raízes brasileiras: a família, a casa, a rua,

a cidadezinha sergipana de Estância, a escola, os parentes e os amigos, o dia-a-dia do menino entre avós, pais, irmãos, gentes de vários tipos e procedências, nessa espécie de aprendizado do amor (amor do qual se juntará depois tanta preocupação e crítica) pelo Brasil e pelas coisas brasileiras; amor que se aprimorou também na mesa, nas comidas, nos doces, nos folguedos, nos hábitos, nas festas populares, nos costumes políticos e religiosos. Assim se processa a iniciação de Gilberto Amado em Brasil (e que mais tarde ele contará na sua *História de Minha Infância*). E aí que Homero Senna colhe a presença do Brasil no treinamento do menino Gilberto Amado, as tentativas que ele fez de entender, como que para melhor amar e buscar soluções, a vida brasileira.

A vida do estudante Gilberto Amado na Bahia, sua formação no Recife, as leituras e meditações, a influência do positivismo, as observações sobre brasileiros ilustres no tempo de juventude, a preocupação angustiada do jovem com o Brasil, tudo isso é perspicazmente colhido por Homero Senna, e representa um subsídio valioso para uma maior compreensão dos intrincados problemas brasileiros e de toda uma época decisiva na vida do nosso País.

Carlos Drummond de Andrade, numa crônica que Homero Senna transcreve na obra que ora se comenta, nos diz que Gilberto Amado foi "no contexto histórico, na fisionomia cultural do seu tempo" ... "mais um espectador do que um ator. Sua passagem pela política foi a de um intelectual perdido entre práticos de política" (Senna, p. XVI). E isso Homero Senna nos mostra no tópico "O Rio da Belle-Époque". E fica-se sem saber o que melhor fazer: acom-

panhar a descrição que via Gilberto Amado, Homero Senna nos dá de um período e de um modo de vida, ou, se, com este último observamos o espectador Gilberto Amado: seu comportamento em relação à peça que se desenrola pelo cenário maravilhoso; como o intelectual e agudíssimo crítico se equilibra no meio dos práticos da política, usando dos poucos (ou únicos?) meios disponíveis para não se perder entre (*et pour cause*) as raposas da "República Velha", desfilando pelos salões mundanos, pelos almoços e jantares políticos (vg. a espécie de "beija-mão" que eram as reuniões na casa de Pinheiro Machado), pelas modas literárias, pelos cafés e bares e pelas redações de jornais.

A dispersa mas constante presença do Brasil na obra de Gilberto Amado, cuidadosamente levantada e exposta por Homero Senna, nos induz a uma conclusão interessante: Gilberto Amado buscou no ensaio e na ficção, na vida política, meios de analisar e compreender o Brasil e seus problemas. A falta de uma linguagem científica e de técnicas de investigação é de alguma sorte suprida pelo senso estético, e o cientista social fica no romancista, no ensaísta, no político que "descobre" o não-ter-o-que-realmente-fazer no parlamento, como que antecipando, à sua moda, é claro, toda uma interpretação das conseqüências políticas num país colonial, subdesenvolvido, interpretação que nos anos 50 ocupará os cientistas sociais na busca de teorizar o Brasil, de buscar relações causais, explicações racionais, esquemas, a partir dos quais a *praxis* seria realmente possível. Trinta, quarenta anos antes, Gilberto Amado, jovem parlamentar, deputado "feito" graças aos prestígios dos "cobras" do

estado cartorial, dentro do paternalismo em voga, angustiava-se pelo marasmo, pelo verbalismo, pela inoperância dos políticos e das instituições políticas, pela falta de ideologia dos partidos, pela aparência, e só aparência, que rodeava quase tôdas as atitudes e ações. Um dia na Câmara, bradou, dirigindo-se aos seus pares: "Senhores, eu quero trabalhar e não tenho em quê" (Senna, p. 133); de outra feita êle traz, também na Câmara, essa fabulosa definição do nosso regime político: "escola de provações morais ... é a nossa democracia" (Senna, p. 132).

Além do político, do intelectual angustiado pelo Brasil, Homero Senna nos mostra outras tantas facetas de Gilberto Amado: o "inventor" de expressões altamente ricas de conteúdo significativo (o famoso Wandenkolkizer, Wandenkolk, Wandenkolkiano), o analista de homens (vg. o que êle faz com Epitácio Pessoa, Pinheiro Machado, Ruy, Nabuco, Euclides, S. Romero), o homem fiel ao seu tempo de juventude, às modas intelectuais, aos ideais de brasileiros letrado de então: a Europa! a Europa! "Gilberto, com raízes do ser fincadas em solo sergipano ("se sergipano nasci, sergipano hei de morrer"), evidentemente não pensaria em expatriar-se. Mas prova de que vivia, também, com os olhos e o coração voltados para a Europa, é a sua confissão de que, quanto a Paris, já nessa primeira viagem, "não la vê-lo; la verificá-lo" (Senna, p. 109).

Alinhando com a adequação e a paciência que por certo a admiração e a amizade pelo seu tema, Gilberto Amado, lhe suscitou, troça ao final, Homero Senna, uma página de comovente recordação, uma espécie de síntese ou de receita dessa dupla que motiva o livro. Gilberto Amado e o Brasil. Um dia, em

Genebra, bela e sóbria, cheia de passado, vergada sobre o peso dos anos e dos filhos e habitantes ilustres, o jornalista Homero Senna encontra o embaixador Gilberto Amado e falam longamente sobre o Brasil. "Os olhos do sergipano podiam misturar-se a tudo, naquele ambiente civilizado, cosmopolita e cheio de "reminiscências ilustres": Calvino, S. Francisco de Sales, Rousseau, Amiel, ali pertinho, em Ferney — Voltaire. Mas na realidade, "o coração ficava ausente dos olhos, vendo sempre através de tudo e acima de tudo, o grande lar longínquo aberto de sol de baixo dos trópicos" (Senna, p. 183).

No apartamento do hotel grã-fino onde residia o embaixador, o jornalista vai em visita ao conterrâneo ilustre e vê, um, por entre os livros vários, inclusive sobre o Brasil, como que se destacando, "aberto, rabiscado, como se a leitura tivesse sido interrompida pouco antes para o jantar, e suscitando, no espírito do visitante, um mundo de contradições com o ambiente de ordem, de linguagem de equilíbrio que se respira em Genebra. Os Sertões de Euclides da Cunha" (Senna, p. 183). Homero Senna teria visto, certamente, ali, que Gilberto Amado e o Brasil são temas eternamente ligados?

Zahidé Machado Neto

O PODER EM PUERTO DE LOS SANTOS

GALBRAITH, John Kenneth. *O Triunfo* [The Triumph] Tradução de Carlos Lacerda, com um ensaio do tradutor. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1968. 257 p.

A América Latina entra em cena, segundo um jornalista fran-

cês. Em virtude disto, passa a interessar ao mundo, aos políticos, aos escritores e aos professores.

Não sei porque o livro do harvardiano John Galbraith — *O Triunfo* — lembrou-me o filme de Malle *Viva Maria*. Tomar o poder em *Puerto de los Santos* tem qualquer coisa semelhante às plruêtas das duas coristas francesas.

O publicista Galbraith imagina um país da América Latina, Puerto de los Santos, onde se passa a média dos acontecimentos políticos sul-americanos. As repercussões dos acontecimentos têm sua apreciação em Washington. Dois fatos importantes, do nosso tempo, são comentados: as revoluções latino-americanas e sua contrapartida, a diplomacia norte-americana.

Vejamos o fácil enredo, para depois, se fôr possível, fazermos algumas apreciações.

Puerto de los Santos parece ser um país, não grande, situado na América Central. Produtor de cana-de-açúcar e outros bens tropicais. Sua Capital é Flôres. Lá, num certo dia, após uma noite de esbórnia, Dom Luis Miguel Martinez Obregón e nove alegres companheiros, com a colaboração do Comandante da Guarda, entram no Palácio Presidencial e tomam o poder. Todo o poder. Tudo se fez, "no interesse da lei, da ordem, da estabilidade da moeda, em defesa da República, de um salário condigno para os trabalhadores, emprêgo para os desempregados, justiça para os sem-terra e garantia dos direitos de propriedade".

Martinez passa a governar livremente. E a enriquecer-se, também, mui livremente. O seu filho, Juan César Martinez, que depois seria obrigado a ocupar o poder, estuda na não menos famosa Universidade de Michigan.

Depois de algum tempo, o que existe de melhor, em terras e mulheres, é do Salvador da Pátria. Reserva para si o filé. Mas, um dia a mesa vira... Martinez é chamado às pressas no quarto de sua amante, Maria, porque uma revolução, de cunho social, arrebentou. Mal tem tempo de apanhar as calças e sair pelos fundos.

Miró é o novo Presidente. José Maria Miró-Sanchez é todo o nome hispânicamente musical, para nós lusitana gente. No bom estilo da esquerda latino-americana, empreende reformas. Educação. Política e Finanças. Luta para obter a ajuda americana, mas o seu governo de *de gauche* atrapalha. Um antigo gerente de Banco canadense é escolhido para Ministro da Fazenda, que luta enormemente em Washington.

O terceiro e último ato da "utopia" é a volta do *petit* Martinez, que, ao vir passar as férias com a Senhora sua mãe, é chamado para ser Presidente. pelo padrinho. Ai, certamente, é uma das partes mais interessantes do livro, empreende as reformas conforme o conselho dos seus professores americanos. Apllcou, tim-tim por tim-tim, o que aprendera. Do eminente Professor Schmiltz, de Ciência Política, vieram-lhe as noções para a monopolização da suprema força. Espalhou os generais que haviam feito a revolução. Com o tempo, Martinez mostrava-se cada vez mais insubmisso. Conforme inspração harvardiana, fez publicar logo o Plano Quinquenal. Doou todas as propriedades dos Martinez — centrais de açúcar, fazendas de café e de gado, imóveis urbanos, companhia de petróleo, fábrica de cimento, companhia de força elétrica, etc., etc., ao povo de Puerto de los Santos. Na mesma semana, decretou a reforma

agrária. Reconheceu os países do Leste. Fêz escolas ao ar livre. Reformou todos os oficiais antigos do Exército. Tudo isto foi uma consequência dos seus cursos em Michigan. O que muito apavorou a diplomacia norte-americana.

O outro pólo da estória é em Washington. A diplomacia americana é descrita como altamente conveniente com o governo Martínez e lenta para dar o apoio ao Governo Miró, que cai antes de receber ajuda.

As observações de Galbraith, que não deixam de ser conclusões, descritas no livro, refletem a sua passagem pelo Departamento de Estado. Diz ser uma originalidade da diplomacia norte-americana promover, ainda temporariamente, a muito importantes pessoas sem importância, foi o que fêz com Puerto de Los Santos, República Dominicana, Iêmen ... Para não falar no refinamento pessoal quando compara a boa notícia à boa comida: a informação, como a boa comida, deve ser saboreada. Sobre ditaduras, pequenas e grandes, observa que Washington é profundamente preocupada com as grandes ditaduras da Alemanha, da Itália e do Japão, tornou-se positivamente benigna com as menores, da vizinhança. Outrora, as crises na política exterior americana parecem que assim se resolvem: uma carta do Presidente, bem dura, e um cheque, bem gordo. Ainda uma observação maliciosa é a da gradação com o comunismo. Para alguns funcionários americanos, quem não é comunista eles suspeitam de ser simpatizantes. Quem não é simpatizante, eles suspeitam de ser fantoche. Se é inteligente demais para ser fantoche, suspeitam-no de ser teste-de-ferro. Se forem tranquilizados sobre todos estes pontos, ainda concluirão que se trata de

uma abertura à esquerda. Não há salvação.

Pelo livro, bem se vê como as nossas revoluções são percebidas por Washington, embora de uma maneira humorística...

Edivaldo Boaventura

A UNIVERSIDADE POSTA EM DEBATE

GUSDORF, George. *L'Université en Question*. Paris, Paiot, 1964.

George Gusdorf traça, em sessenta páginas, no seu *L'Université en question*, uma breve história da idéia e da instituição universitárias.

A Universidade é uma utopia, um sonho, que, sem dúvida, nunca chegou a se encarnar completamente sobre a face da terra.

A noção de Universidade corresponde a certo tipo de constituição que se deu à "provincia pedagógica". É fenómeno próprio do Ocidente cristão. No seu sentido próprio, a idéia designa uma estrutura jurídica, que engloba, ao mesmo tempo, uma organização de ensino e um sistema de conhecimento.

Representa a mais importante das aquisições duráveis do período medieval, que enriqueceu o patrimônio da cultura universal. No momento em que desabrocha, é contemporânea da *România*, isto é, a Cristandade do Ocidente, que parece ter atingido o seu equilíbrio o mais completo.

Antes da Universidade, a civilização antiga teve escolas, mestres e disciplinas. Ela formou sob a *enkuklios paidéia* um alto programa de cultura geral e enciclopédica. Mas a *enkuklios paidéia* não fixou a estrutura da solidariedade de professores e alunos. Só, talvez, o Museu de

Alexandria, no mundo helênico, teve o cuidado com o lugar privilegiado, destinado ao prazer do conhecimento. Todas as ciências encontraram, em Alexandria, um lar comum.

No sentido próprio do termo, a Universidade não apareceu de uma só vez, mas como resultado e consagração de uma longa e lenta revolução. As modestas escolas que se desenvolvem nos mosteiros e nas catedrais, com a ambição de satisfazer as necessidades locais, tomaram, pouco a pouco, consciência de uma vocação mais geral. Centros de estudos se formam e concorrem em torno dos mestres mais famosos.

Salerno é, desde o século IX, o lugar próprio do conhecimento médico. Bolonha é a Capital do direito, bem antes que suas escolas tenham tomado a forma universitária. As escolas de Paris são célebres antes de haver Universidade. Abelardo representa, pela primeira vez, o rigor da exigência intelectual. Envolto pelas dificuldades das escolas das catedrais da cidade, se retira para a colina de Santa Genoveva, escapando à jurisdição do bispo e do seu chanceler. Ele morre em 1142. Era preciso ainda algum tempo para que a população de mestres e de estudantes encontrasse seu equilíbrio provisorio na constituição universitária.

Uma autoridade longínqua e espiritual protege a independência dessas escolas, contra o poder religioso dos bispos e civil da cidade e do rei. É a Santa-Sé, árbitro natural da cristandade, a que se ligam as escolas, reconhecendo por ato especial a autonomia em relação às dominações locais.

O esquema medieval surge da luta entre os poderes e o pessoal das escolas, que se organiza para resistir e para forçar o re-

conhecimento público. É assim que se desprende o estatuto da "Universitas magistrorum et scholarium", de Paris, comunidade de direito, que recebe em 1215 seu estatuto do legado de Roberto de Courpon. Já em 1229, sofre grande crise. O Papa se encarregou de chamar à razão o bispo de Paris e o rei da França.

Universitas, no latim antigo, designara simplesmente uma totalidade. O latim do Digesto lhe restringe o sentido para corpo ou corporação. É a significação primeira da Universidade medieval: uma organização social corporativa, um *consortium* que reúne ensinante e ensinados, ao lado de outras corporações. Tal é a significação profissional, técnica e humana da palavra Universidade, à qual se reconhece a mais eminente dignidade. É uma instituição complexa, que supõe um sistema ordenado de ensinamentos, cobrindo a totalidade do saber, distribuído entre as Faculdades.

No primeiro nível, se situa a Faculdade de Artes, dita Faculdade inferior, que retira seu nome do programa, que são as sete artes liberais, salvas do naufrágio da cultura antiga. O ideal da *enkuklios paidéia*, o ciclo do conhecimento universitário é de uma cultura verdadeiramente liberal, geral, que coloca em contribuição mútua as duas famílias, das letras e das ciências. As Faculdades profissionais, Teologia, Direito e Medicina, asseguram, em seguida, a formação especializada.

A Universidade na civilização medieval corresponde à idéia de um *studium generale*, de uma totalização de conhecimentos, que leva, no final de contas, ao conhecimento da totalidade. É de caráter não nacional. Ocupa, na cristandade medieval do Ocidente, uma posição central: ela-

bora a doutrina: define as significações mestras da cultura; é o pensamento do pensamento e a forma das formas.

No século XIII, a Universidade de Paris ocupa um lugar privilegiado. Segundo um refrão medieval, a Itália tem o Papa, o poder eclesiástico; a Alemanha tem o Imperador, o poder político; Paris tem o poder intelectual. Esta primazia parisiense se liga ao ensino da *Teologia*, ciência sagrada e rainha entre as outras disciplinas. Paris é a cidade-luz, a Capital do conhecimento na sua totalidade. Uma tradição antiga apoiava a *teoria da transferência dos estudos*, que acompanhou a passagem do paganismo ao Cristianismo. O centro dos estudos, primeiramente situado em Atenas, foi transferido a Roma e, daí, para Paris.

Mas, desde o século XIV, a primazia de Paris começa a decair. As vicissitudes da política eclesiástica e civil são desfavoráveis. Com as guerras e contendas, que colocam fim à universalidade da Igreja, chega ao fim a civilização medieval. A Universidade deixa de ser uma "praça de segurança". A de Paris toma partido nas discórdias civis, colaborar com a ocupação dos ingleses, toma o partido burginão contra o Rei, assume a responsabilidade do processo de Joana d'Arc.

A Universidade deixa de ser um órgão da cristandade para tornar-se uma instituição indisponível à boa administração dos Estados. O Direito ganha importância. Assim, ela muda de *status* e de função.

O humanismo e a reforma colocam mais em cheque a vida da Universidade. Segundo a escolástica e a tradição medieval, a Universidade é o lugar onde a verdade se busca e se ganha pela contestação. Os precursores da Reforma são homens da Univer-

sidade. Wycliff é de Oxford. Jean Hus foi reitor da Universidade de Praga. Lutero, ligado a Wittenberg. E Jacques Lefèvres d'Étaples é o grande nome da Universidade de Paris.

Quando se afirma a rutura entre o novo espírito religioso e a tradição, a reação contra a Reforma acarreta, nas Universidades fiéis ao Catolicismo, uma atitude hostil aos estudos humanistas. A de Paris fica contra Lutero e se conservará, durante muito tempo, contra toda espécie de renovação, o que a leva à esterilidade até o dia em que foi surpreendida pela Revolução Francesa.

Assim, todo o humanismo, na França, irá se desenvolver fora da Universidade. Segundo Augustin Renaudet, o humanismo irá triunfar sem ela, não obstante ela e, mesmo, contra ela.

A Contra-Reforma coloca o Catolicismo em posição de reserva. As Faculdades de Teologia são substituídas pelos seminários diocesanos.

É quando surgem os jesuítas, que criam, em seus colégios, condições para o desenvolvimento dos estudos e da cultura, bem superiores àquelas que oferecem as Universidades. Para a defesa do Cristianismo e para o contra-ataque à heresia era preciso uma nova pedagogia. Os "exercícios espirituais" de Santo Inácio ordenam a disciplina da vontade. Cada colégio da Companhia é um *studium generale*.

A ênfase na virtude de obediência termina com os debates e com as controvérsias, tão ao gosto da época medieval. E a idéia mesmo de Universidade, como livre comunidade de ensinamentos e de ensinados, desaparece como um vestígio caduco.

O ponto altamente positivo dos jesuítas se encontra no desenvolvimento da educação mé-

dia dos seus colégios, que substituem a antiga Faculdade de Artes, dando aos jovens, um certo nível de cultura geral.

A Companhia de Jesus faz concorrência à Universidade. E o Humanismo chega tarde demais à Universidade. Há uma verdadeira ausência da Universidade na cultura francesa. Nos séculos XVII e XVIII, as línguas, as artes e o pensamento são elaborados fora dela. No século XVII, na Córte, com a Academia, preparada por Richelieu, e com a alta proteção de Luis XIV. No século XVIII, a cultura está centrada sobre a cidade, nos seus salões, *boulevards* e cafés. Enquanto isto, o atraso da Universidade é total. Ela se mostra contra as novas descobertas médicas e experimentais. Descartes, Buffon, Montesquieu, Rousseau e outros são contestados. Diante do arcaísmo e da esterilidade não é difícil a Convenção suprimir o sistema universitário. Diz Luiz Idard: "A Revolução é obra da ciência e da filosofia, mas nem a ciência e nem a filosofia saíram dos estabelecimentos públicos de ensino. As letras e as ciências brilharam durante todo o século XVIII com incomparável luz, mas foi fora da Universidade que elas se projetaram e iluminaram".

Na esfera de influência católica, a última Universidade a ter um papel relevante na história da cultura ocidental foi Pádua. Houve lá, desde determinada época, certo liberalismo. Pomponazzi é o mais expressivo dos seus pensadores e é o inspirador da maior parte dos *libertins* e dos livre pensadores. Foi aí que estudaram Copérnico, Galileu, Nicolau de Cues, Lefèvre d'Étapes, Giordano Bruno e Vasale.

A seu liberalismo era consequência da dependência de Veneza, que sempre guardou distân-

cia em relação à Santa-Sé e não aceitou muito a Inquisição.

Enquanto isto, nos países protestantes, a situação é bem diversa. Primeiramente, eles conservaram a Faculdade de Teologia, parte institucional da cultura geral. A cultura reformista irá possibilitar outros tipos de Universidade como a britânica, a holandesa e a alemã.

A ciência moderna muito deve à Inglaterra. Bacon, Gilbert, Harvey, Newton, Lock e Hume são nomes exponenciais de "filosofia experimental".

As Universidades inglesas souberam preservar a essência da Universidade Medieval.

Na Holanda, é a Universidade de Leyde que será o símbolo e a consagração desse novo espírito. A influência do grande jurista Grotius está ligada à Universidade; ele contribui para a secularização do Direito e a afirmação do novo Direito internacional. A Holanda, terra de acolhimento a Descartes, será a primeira a se abrir à influência cartesiana.

Por último, começa o esforço das Universidades alemãs. Halle, Goettingen, onde se origina a historiografia moderna, e Berlim.

Finalizando o breve esboço sobre a idéia de Universidade, Napoleão organiza o ensino superior como um monopólio do Estado, com intenção puramente utilitária.

Depois da história, passa Gusdorf a colocar várias questões, como sejam: autonomia e governo, etc..

Para Georges Gusdorf, a Universidade tem por função transmitir a alta cultura, pelo ensino, e desenvolvê-la, pela pesquisa. O seu livro *L'université en question*, publicado em 1964, pela casa Payot, é um dos mais falados e também dos mais críticos do ensino superior francês.

Debate desde o sentido etimológico da palavra Universidade, passando pela história de sua idéia, até problemas de governo, de existência, finalizando por fazer contundente crítica à Universidade de Paris, que chama de "monstruosa acumulação, uma realidade puramente quantitativa e estatística, desafiando toda possibilidade humana de reflexão e de organização."

Mas, ao fazer tão forte crítica, coloca com nitidez o que deve ser a função, a situação e o "pósto" da Universidade dos nossos dias.

Mas seu alvo é a França. Atinge, portanto, todas as instituições de ensino superior que sofreram sua influência. Mais do que isto, mostra a vida, cheia de desvios e distorções, de uma Instituição.

Lamenta, inicialmente, que a França, que foi, no Ocidente, senão a inventora, pelo menos, a inspiradora da Universidade, perdeu, lentamente, o sentido e a consciência dessa instituição, da qual forneceu, no século XIII, o protótipo exemplar. A partir daí a história da Universidade francesa é a história de uma degradação inexorável, a tal ponto que hoje ninguém sabe o que ela seja.

Na língua corrente, Universidade quer dizer "o Estado ensinante". Segundo o sentido napoleônico da palavra, é organismo do Estado, hierarquizando sob o controle do poder as diversas ordens de ensino. É um agrupamento autônomo de Faculdades de ensino superior em uma determinada cidade.

Demonstra o caráter de "excesso" ou do "luxo" do ensino superior. A espécie humana, na luta pela vida, não busca somente sobreviver, a sua vocação própria é de afirmar, para além das necessidades da natureza, a exigência da cultura. As

gerações se sucedem, mas as criações do pensamento, como as das artes, constituem, através do tempo, o mais nobre e o mais significativo de todos os patrimônios. A função própria da Universidade será, pois, o serviço do espírito. Segundo Hege, a cultura é a necessidade da necessidade já satisfeita.

Os dois aspectos essenciais da Universidade são: o *comunitário* e o *interdisciplinar*. Ela pressupõe a comunidade dos homens na pesquisa, a difusão e defesa dos valores do conhecimento. Mas ela requer também outro pressuposto: a unidade do conhecimento. A palavra *Universidade* não pode se aplicar a um instituto isolado, nem a uma pesquisa particular. Universidade não é tampouco uma alta escola. É um fenômeno de convergência, uma Escola Universal. Guilherme Humboldt já dizia que "nenhuma ordem de conhecimento deve ser excluída de tal estabelecimento".

Como democratizar o ensino superior?

A alta cultura é uma função, mas não é necessária que todos os membros da comunidade nacional se tornem profissionais da cultura. A maior parte não tem nem gosto nem os meios espirituais. O sentido de uma verdadeira democratização do ensino superior não é de proclamar que todos os jovens têm indiferentemente capacidade e vocação para entrar nas Universidades, mas de fazer com que todos os jovens que tenham capacidade real e vocação para os altos estudos possam ir até ao fim de suas possibilidades, sem que encontrem obstáculos. O ensino superior não é um privilégio, mas uma exigência superior.

Gusdorf, nos capítulos finais, critica diretamente o ensino superior francês: o curso propedêutico; a agregação; a direção,

visto que o Reitor não é eleito pelos seus pares, éle é um agente do govérno, daí dizer que é uma "universidade sem cabeça"; a unidade, considerando que cada Faculdade defende a sua parte; critica o gigantismo da Universidade de Paris.

A Universidade é uma vocação. Responde à exigência de alta cultura, que é um fim em si mesmo. Ela encarna a mais alta exigência do conhecimento. É escola de humanidade. É uma Universidade fiel à sua missão deve entrar na idade *interdisciplinar* e considerar seu trabalho e seus métodos no sentido da solidariedade de perspectivas e de unidade do domínio humano.

Por fim, normalmente, se pen-

sa que a crise da Universidade francesa, Gusdorf faz a defesa da Instituição, repisando que, ademais, cumpre aumentar efetivos, para as novas gerações de estudantes, e a necessidade de aumentar os seus quadros. Mas não se interroga sobre a *função*, nem sobre as *estruturas* das Universidades.

Em criticando a Unversidade de suas funções utilitárias de produção de técnicos, ela tem outras maiores, que é a de pensar, refletir e pesquisar o destino humano.

Entre as idéias de totalidade, de humanidade, de pesquisa, de altos estudos se situa a aventura humana pela vocação universitária.

Edivaldo Boaventura